

DIVERSIDADE RELIGIOSA NO ENSINO PÚBLICO: OS DESAFIOS DO PEDAGOGO

*Geislaine Gomes Lima Vieira**
Orientadora: Ms. Bruna Milene Ferreira

RESUMO: Os motivos que conduziram a escolha dessa temática foram observação da visão de muitos professores em relação à diversidade religiosa com ênfase no partidarismo, o qual tem reforçado o preconceito dos alunos ou mesmo trazendo um debate desnecessário em suas aulas, o que gera alguns transtornos. A pesquisa em questão exigiu a elaboração de alguns objetivos, os quais auxiliaram na busca pelas respostas relacionadas aos questionamentos anteriormente apresentados na problematização. As metas deste trabalho foram a de analisar os motivos que levaram ao crescimento da diversidade religiosa com o passar dos anos, o que deve ser tratado em um ambiente escolar sem gerar grandes danos à crença que cada aluno tem, pois é no começo da escolarização que se mostra ser o tempo de se trabalhar valores de forma respeitosa; compreender a influência da família em relação às escolhas religiosas da criança e seus reflexos no ambiente escolar; discutir qual é a visão pedagógica adotada pela escola que permite evitar o desrespeito à opção religiosa dos estudantes, uma vez que a intolerância religiosa pode promover grandes conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Religiosa. Pluralidade Cultural. Intolerância. Legislação.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a diversidade religiosa no ensino público, o que tem sido um grande desafio para o educador da disciplina Ensino Religioso. Sabemos que o professor de Ensino Religioso tem como papel fundamental trabalhar a pluralidade religiosa, levando em consideração a religiosidade de cada um. Portanto o pedagogo precisa entender a sua prática como educador, por isso vem a seguintes problematizações: Por que é importante pensar o preconceito que muitos pedagogos trazem para a sala de aula em relação a como devem debater as diversas convicções religiosas, nos anos iniciais do ensino público brasileiro, sem incorrerem no risco de desrespeitar a fé de alguns alunos, por indiretamente acabar impondo a sua crença como superior? De que modo os educadores podem se

* Acadêmica do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser-UNIFAN no semestre letivo 2018/1.

preparar para abordar o tema religião no ambiente escolar sem correr o risco de desrespeitar as crenças que os estudantes trazem de casa por influência da família? De que forma o professor pode discutir a diversidade religiosa com seus alunos, de modo a estimular a tolerância entre as crianças? Por isso, é muito importante que o professor entenda melhor sua prática educativa.

O ministrante dessa disciplina precisa entender que a pluralidade é grande, mas todas buscam o mesmo objetivo, que é seguir suas próprias convicções religiosas, e as mesmas seguem uma ética, o que permite perceber a graça de cada religião. Entender que o ensino religioso não trata somente de uma questão religiosa, trata também da formação humana e da ética.

Segundo Lakatos e Marconi (2009) a pesquisa bibliográfica refere – se ao conjunto de publicações sobre determinado assunto em revistas, livros, publicações avulsas e imprensa escrita. E objetiva inserir o estudante pesquisador nas informações existentes sobre o tema estudado. Assim, o presente trabalho se insere na modalidade de pesquisa bibliográfica e, para sua elaboração, se pautou nos pensamentos interpretados e analisados dos seguintes autores que discutem o assunto proposto: Aranha (2006); Klein, Brandenburg e Waschs (2008); Sena (2007) dentre outros. Seguindo uma abordagem sobre a história das religiões no Brasil, a diversidade religiosa e a liberdade de culto, trazendo um histórico do ensino religioso desde os jesuítas até aos dias atuais, discutindo a pluralidade cultural e ensino religioso nas escolas brasileiras, o perfil do professor e, então repensar sobre a formação profissional curricular do ensino religioso para atuação, respeitando essa grande diversidade religiosa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A História das religiões no Brasil, a diversidade religiosa e a liberdade de culto

Segundo Tramonte (2013) o Brasil é um país onde se concentra uma grande diversidade religiosa, as mais variadas etnias e crenças. Por esse motivo existe um

choque de diferentes opiniões sobre esse assunto. Em função disso pode-se perceber que à intolerância projeta-se no homem em relação à religiosidade.

Tratando de religiões, existem algumas que sofrem desse mal chamado preconceito, como Candomblé, Judaísmo, Islamismo, Budismo, Espiritismo e Cristianismo. Estas denominações, ao que podemos perceber, é que seus seguidores são discriminados por partes de outros seguimentos religiosos.

De acordo Dietrich e Cecchetti (2013), o judaísmo é considerado como a primeira religião monoteísta, que crê somente em um único Deus, o qual criou tudo. Eles acreditam em um acordo feito por Deus com o povo hebreu, tornando-o como povo escolhido para herdar a terra prometida. A vida de um judeu é marcada por vários rituais: para os meninos é a circuncisão feita no oitavo dia do seu nascimento. A crença no Deus único é de forma incondicional.

O autor diz ainda que hoje em dia a fé judaica é praticada em muitas outras regiões do mundo, no entanto é em Israel que se concentra a maior parte de seguidores. A cerimônia religiosa é realizada em sinagogas e é liderada por um sacerdote conhecido como rabino.

Conforme Dietrich e Cecchetti (2013), o cristianismo assim como o judaísmo acredita em um único Deus, porém seguiu uma prática diferente e independente da crença de suas origens, tendo criado suas próprias crenças e convicções, procurando um novo seguimento. Porém eles creditam em Jesus Cristo como um grande personagem histórico de grande importância em todo seguimento da religião. O cristianismo mostra outros lados como a ortodoxa oriental, a católica romana e a protestante. Essa religião não tem uma exigência especial para oração e o seguidor pode fazer suas preces de forma mais espontânea.

De acordo com Tácito (2002), o espiritismo de Alan Kardec pode ser considerado uma ciência, pois sua teoria foi formulada bem depois que alguns fatos foram submetidos a observação, quando perceberam que nada acontecera, então Alan Kardec deixou o budismo. O autor afirma que,

Possibilidade de comunicação de espíritos de mortos com os vivos, ou seja, mediunidade. Crença na reencarnação. A alguns é imposta como expiação, a outros como missão visa ao aperfeiçoamento dos espíritos, daí a teoria do Karma – lei da causa e do efeito. Cresça no aperfeiçoamento pelo sofrimento e pelas boas obras. Crença na existência de muitos outros mundos habitados com diferentes graus de aperfeiçoamento de vida. [...]. (TÁCITO, 2002 p. 209).

Essa denominação acredita que a morte seja simplesmente uma evolução do homem e crê também que ele possa ressurgir novamente, porém em outros planetas. A morte é vista como um encerramento de obra concluída no mundo dos vivos. Por acreditar nisso, eles batem sempre de frente com os princípios de muitas outras religiões.

Conforme Barbosa (2014), o protestantismo e catolicismo seguem com a mesma crença em um só Deus, porém o protestante acredita que a salvação é adquirida por intermédio da graça e a bondade de Deus e que cada pessoa pode conversar diretamente com seu criador, sem a necessidade de um intermediário, diferente do catolicismo que acredita que a única maneira para se obter a salvação vem através de sacrifícios e rituais de purificação da alma por intermédio de uma pessoa santificada. O autor também diz que,

[...] o protestantismo e o catolicismo, onde o primeiro tem como característica a livre orientação na interpretação do evangelho, ou seja, todas as pessoas têm a liberdade de pesquisar na leitura sagrada, podendo chegar a diversas interpretações, enquanto no catolicismo, baseia-se unicamente na interpretação do sacerdote [...] (BARBOSA, 2014, p. 125, 126)

Conforme os autores Dietrich e Cecchetti (2013), o islamismo é uma religião que acredita e segue os ensinamentos de um profeta, usa o alcorão como base de ensinamentos como se fossem as palavras de Deus. Essa religião se submete ao deus Alá, é nele que a sua fidelidade e somente nele encontram a paz.

Segundo Cristiane Tramonte (2013) a religião budista segue sua fé em Buda, acredita na lei de causa e efeito e que o universo entende os fenômenos. Acredita que cada pessoa tem o potencial e são capazes de alcançar iluminação e se tornarem futuros Buda, portanto cada pessoa é responsável pela sua própria salvação não dependendo de força externa. A autora diz também diz que “o Budismo demonstrou grande flexibilidade e capacidade de adaptação, sempre atento para responder às necessidades de novas culturas e tradições”, porque o budismo gerou uma enorme variação em determinadas atitudes e crenças (TRAMONTE, 2013, p.125).

Ainda, de acordo com Tramonte (2013), o candomblé é uma religião que teve origem na África e veio para o Brasil pelos africanos escravizados em uma terra

estranha, junto consigo trouxeram seus orixás, tradições, festas e costumes. Cristiane Tramonte (2013, p. 108) diz que o “candomblé é controlada e protegida por dois elementos fundamentais: a natureza, o meio ambiente, corporificada nos orixás e as expressões dos antepassados.” Um fator principal dessa religião é a harmonia com a natureza. Por seguirem uma crença diferente em relação ao catolicismo, foram discriminados e acusados de praticar feitiçaria, visto que até os dias de hoje esse preconceito ainda permanece muito forte.

Porém a Constituição da República Federativa do Brasil em seu Artigo 5º diz que “Todos são iguais perante a lei”. A mesma lei no inciso VI, afirma dizendo que, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Entretanto o candomblé trabalha o respeito aos seus ancestrais e o equilíbrio e a preservação da natureza (TRAMONTE, 2013, p.109).

O Brasil é um país onde se concentra um número grande de diversas religiões, um país em que todos devem gozar da mesma liberdade de cultuar tendo seus direitos garantidos pela lei e sem medo de sofrer nenhum tipo de preconceito intolerante à sua religião.

2.2 Histórico do ensino religioso no Brasil: dos jesuítas aos dias atuais

A história do ensino religioso começou com a chegada dos jesuítas, junto com os primeiros colonizadores portugueses. A intenção desses religiosos era transformar os indígenas em cristãos. Para se aproximar desses nativos, foram criados grupos de aldeias em um mesmo lugar, onde os indígenas aos poucos mudaram seus hábitos, costumes e tradições. Junto com a língua portuguesa também era ensinada a religião católica.

Era difícil a empreitada de instalar um sistema de educação em terra estranha de povo tribal. De um lado, os indígenas de língua e costumes desconhecidos e, de outro, os colonizadores portugueses que para cá vieram, [...] Embora os jesuítas recebessem formação rigorosa e orientação segura, [...] enfrentaram desafios para se adaptar às exigências locais. (ARANHA, 2006, p.140)

Os europeus ficaram impactados por povos tão rudes, sem leis e sem fé. Muitos chegaram a imaginar a dificuldade de conquistar algum sucesso durante o

processo de civilização dos indígenas, pois para alguns, esses povos eram um enigma, o qual poderia-se moldar da forma mais conveniente aos valores da civilização europeia. Desse modo, seguros de que o cristianismo fosse um gosto universal, buscando alcançar a intensa manipulação intelectual.

Outra forma de tentar alcançar os seus objetivos foi tentando conquistar o chefe da tribo e se aproximar dos nativos mais jovens, pois tinham em mente que dessa maneira seria mais fácil disseminar o cristianismo, uma vez que os mais antigos já tinham suas próprias convicções.

Inicialmente os curumins aprendiam a ler e a escrever ao lado dos filhos dos colonos. Anchieta usava diversos recursos para atrair a atenção das crianças: teatro, música, poesia, diálogos em versos. Pelo teatro e dança os meninos, aos poucos aprendiam a moral e a religião cristã. (ARANHA, 2006, p.141)

Com isso houve um conflito entre os valores da cultura dos nativos e a cultura dos colonos, visto que os filhos do povo da terra aprendiam a ler e escrever ao lado dos filhos dos colonizadores.

Desse modo, segundo Aranha (2006), eles abalaram o sistema comum que havia entre os índios e, conseqüentemente, retirando os seus valores e costumes, passaram a impor um modo de vida com referência portuguesa. Ficou muito comum falar na língua geral, onde misturava o tupi, português e latim, que padres usavam até nos púlpitos para celebrar missas.

Os jesuítas não trouxeram consigo só seus costumes religiosos e condutas de boas maneiras, mas um novo método de ensino com seu trabalho pedagógico. Essa era a maneira de propagar a fé cristã a todos que habitavam a Europa e toda a região do novo mundo. A autora afirma que havia interesses distintos, pois:

O fato é que se encontrava a mercê de três interesses, que ora se completavam, ora se chocavam: a metrópole desejava integrá-lo ao processo colonizador; o jesuíta queria convertê-lo ao cristianismo e aos valores europeus; e o colono usá-lo como escravo para o trabalho. (ARANHA, 2006, p.141)

Enquanto os jesuítas se preocupavam em alfabetizar e catequizar os índios, existia um interesse completamente oposto por parte dos portugueses, os quais desde a chegada ao Brasil tinham a intenção de escravizar e explorar a mão - de -

obra indígena. Devido a esses conflitos de ideias, houve a expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal.

Com essa decisão de Pombal, a educação brasileira passou por um acontecimento histórico, onde foi implantado um modelo educacional em que ensino passou a ser administrado pelo Estado e não mais pela igreja católica e, desta feita para um público laico. A partir dessa época foram criadas também leis de ensino.

O método pedagógico dos jesuítas era implantar nas escolas uma forma imponente de educação aos alunos, permitindo assim uma imagem de formação ativa no exercício do pensar. A contribuição dos jesuítas foi de importante para o processo educacional, pois fora através deles que muitos iniciaram os primeiros passos na educação. Vale salientar que sua forma pedagógica não foi adequada durante o período de ensino aprendizagem, mas de certa maneira conseguiram atingir seus objetivos mesmo diante de todas as oposições sofridas, impostas pelos portugueses.

Fazendo um paralelo com os dias atuais, percebe-se que, mesmo depois de muitos anos, temos mantido uma herança recebida dos jesuítas, pois a mesma se encontra em vários setores da nossa sociedade. Ainda existem escolas tradicionais em nosso país, como também instituições de ensino superior espalhadas em diversos pontos do território brasileiro, que ainda são administradas pela Igreja Católica.

Pode-se observar que essa influência está enraizada também no que se refere à transmissão do conhecimento artístico, e isso acaba influenciando diretamente o que escolher para ser abordado em sala de aula e o que é considerado relevante para não fugir do é herança cultural. Mostra-se inegável essa cultura, pois a mesma ainda permanece como escola informal de preparação para o trabalho, conhecida como escola técnica, arte, religião, com todo seu tradicionalismo e a cultura que estão bem presentes em nossa atualidade.

A reforma protestante teve uma grande influência na história do ensino religioso, onde, num movimento de conflito à igreja católica, resultou em uma crise durante um longo período.

Martin Lutero foi o grande protagonista nesse momento de crise, pois o mesmo não concordava com o que a igreja Católica fazia com as pessoas leigas e analfabetas. Lutero não era de acordo com a cobrança de indulgências - pagamento pelo perdão divino ou compra de terreno céu e até mesmo conseguir um lugar no purgatório - quando a população começou a questionar o que era imposto pela igreja, que tomava atitudes consideradas irrelevantes e que não condizia com seus princípios de início, houve uma grande contradição do que era pregado durante seus cultos de celebração e a prática fora dos templos.

Por sua vez, Lutero pregava somente a fé em Deus, um Deus que salvava as pessoas. Uma ideia que vinha contra a salvação pela compra de indulgências. Martin Lutero também defendia a livre interpretação da Bíblia. A igreja era contra e dizia que o povo não iria entender corretamente tais ensinamentos através da leitura, visto que as pessoas precisavam de orientação religiosa. De acordo com a autora,

No plano religioso surgia a característica humanista de defesa da personalidade autônoma, que repudiava a hierarquia, para restabelecer o vínculo direto entre Deus e o fiel. Ao dar iguais condições de leitura e interpretação da Bíblia a todos, a educação tornou-se importante instrumento para a divulgação da Reforma. (ARANHA, 2006, p. 126)

A Reforma Protestante contribuiu muito no que se refere à educação. Pode-se dizer que a escola pública começou desde essa época, pois já se estimulava uma educação para todos. Lutero tirou aquele ensino repressivo e veio com o lúdico no processo de ensino e aprendizagem, o que tornou o estudo das disciplinas em estudo mais prático, retirando os castigos existentes da época.

Aranha (2006, p. 127) diz que:

[...] Lutero criticava o recurso a castigos, bem como o verbalismo da Escolástica. Propôs jogos, exercícios físicos, músicas, -, seus corais eram famosos -, valorizou os conteúdos literários e recomendava o estudo de história e das matemáticas.

Percebe-se que o interesse não estava somente voltado para o lado espiritual, mas queria fornecer uma visão cultural onde haveria uma maturidade espiritual e por sua vez educacional, pois estavam conscientes da necessidade de

alfabetização dos leigos, e acesso ao ensino público. Lutero queria que o aprendizado da Bíblia fosse centralizado no ensino para formar bons cidadãos.

Calvino também teve uma participação no período da Reforma Protestante. Ele foi um homem bastante admirável, que assumiu a principal área de influência da Europa Ocidental no século XII. Diferente do pensamento de Lutero que pregava uma doutrina em que a salvação de cada fiel seria através da fé em Deus, Calvino defendia a tese de que independente das boas ações o indivíduo seria salvo, porque ele acreditava em uma predestinação.

Porém sua contribuição com a educação foi com relação à preocupação de formar cidadãos para exercer uma liderança tanto na igreja quanto no Estado.

2.3 Pluralidade Cultural e Ensino Religioso nas escolas brasileiras: uma conciliação possível?

Quando se fala no termo diversidade religiosa, refere-se aos diferentes tipos de religiões, levando em consideração a cultura específica de cada pessoa. O respeito à diversidade é muito importante, pois não existe uma religião melhor ou pior que a outra e, sim, pensamentos diferentes em relação a determinadas questões.

Pluralidade religiosa é você ter liberdade de expressão sem correr o risco de ser oprimido por qualquer outro que pense diferente. Essa diversidade religiosa vem cheia de costumes, crenças e é preciso entender sua religião para que possa estar, segundo Durkheim:

[...] deixando de lado nossa concepção em geral de religião, consideramos as religiões em sua realidade concreta e procuramos destacar o que elas podem ter em comum; pois a religião só pode ser definida em função das características que se encontram em toda parte onde houver religião. (DURKHEIM, 1996, p. 4)

Dessa forma, quando se entende o real sentido do assunto em questão, é possível pensar uma sociedade mais tolerante. Tendo em vista que isso somente poderá acontecer mediante a uma mudança na educação das crianças, mas com atos concretos, pois sabe-se que na teoria existe o respeito. Porém a melhor forma

de propagar a diversidade religiosa sempre será o exemplo dos adultos, pois cada criança traz consigo uma cultura religiosa.

As escolas brasileiras não têm o objetivo de ensinar qualquer religião específica, mas as mesmas trabalham com questões relacionadas ao respeito aos outros. As instituições de ensino têm o intuito de trabalhar assuntos que os alunos poderão inserir em suas vidas e relacionamentos na sociedade como um todo.

O Art. 11 da Constituição Federal brasileira de 1988 diz que

A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.

Com base na afirmação acima, o ensino religioso continua tendo sua importância nas escolas públicas, porém agora facultativo dentro do horário normal de aula, portanto a disciplina para as instituições privadas ficará a critério de cada uma.

Seguindo o que fala a República Federativa do Brasil, o pedagogo não pode influenciar o educando com suas próprias convicções religiosas. O mesmo deve usar o bom senso para o seu planejamento, tendo em vista que o Brasil é um país laico, onde se encontra uma enorme pluralidade religiosa.

Ao educador(a) e também ao educando não basta simplesmente ter consciência da pluralidade, diversidade e da diferença. Faz-se necessário assumir uma postura tolerante como o modo; como reconhecimento do espaço do outro; como reconhecimento do outro como sujeito de direito. (SILVA, 2009, p.141)

O professor tem a liberdade de ensinar a história e origem das diferentes religiões. Mas é necessário ressaltar em suas aulas os princípios éticos e morais como: caráter - que é o que distingue uma pessoa da outra, pelo seu modo de ser. Nesse sentido, vale salientar o entendimento de que a intolerância não é apenas de caráter religioso, mas também acontece em outras áreas da vida do ser humano.

O docente ao ministrar essa disciplina se depara com um grande desafio, pois ele deve saber usar da diferença religiosa dos seus alunos para trabalhar a tolerância, essa diferença passa a não ser um problema e sim uma pauta para suas aulas, onde pedagogo poderá inserir os valores da pluralidade e dessa maneira ele

exerce o seu papel como canal influenciador para uma melhor educação religiosa na sala de aula.

O objetivo do professor é proporcionar aos estudantes a construção de aprendizagens significativas, fazendo com que estes possam repassar o que foi aprendido adiante, pois qualquer ensinamento deve ser multiplicado para que possa surtir o efeito social; é como plantar uma semente que precisa ser regada, assim é a nossa sociedade.

De acordo com o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases-Lei 9394/96 diz que,

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Seguindo a reforma do artigo 33 da LDB, o ensino religioso permaneceu, porém de matrícula facultativa para os estudantes, a mesma dá a liberdade ao educando de seguir com sua crença, sem correr o risco de se converter a outra religião e até mesmo seguir uma nova doutrina, uma nova ideia ou sistema diferente da sua realidade cultural.

A disciplina Educação Religiosa deve ser trabalhada através do respeito à diversidade cultural e religiosa existente no Brasil, esse respeito é essencial, uma vez que no nosso país existe uma laicidade bastante significativa.

Seguindo esse ponto de vista, parece ser difícil que as instituições de ensino sigam assim, visto que a grande diversidade religiosa seja alcançada sem excluir ou oprimir o educando, cabe também ao educador executar sua aula sem dar ênfase a sua crença particular.

É sempre bom saber que o Ensino Religioso nas escolas públicas é obrigatório, o que está predito tanto na Constituição como também na Lei de Diretrizes e Bases. O que muitos ainda desconhecem é que a matrícula nessa disciplina é facultativa, ou seja, se o aluno optar por não participar dessas aulas, o mesmo não poderá ser punido.

Fazendo uma reflexão, houve uma mudança no Ensino Religioso que antes seguia uma ideologia da igreja católica. Em meio a essas mudanças veio se

concretizar a partir da Lei 9.394/96 que, em primeiro instante, ao instruir o Ensino Religioso nas escolas públicas como disciplina curricular, fez dispensar-se a obrigação que teria com o mesmo, então foi mudado pela Lei 9.475/97, que deu desenvolvimento ao artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, além de garantir o respeito à diversidade existente no Brasil.

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal autoriza o ensino religioso confessional nas escolas públicas e privadas. A decisão em primeiro instante seria ensinar a base apenas de uma religião. Porém os ministros julgaram uma nova ação que pedia que pontos da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que zela de ensino religioso fossem de forma institucional. Pediram então que a disciplina tratasse de vários conceitos religiosos, sem impor aos estudantes uma crença específica. Porém a disciplina de ensino religioso continuará de forma facultativa, o que garante a LDB no artigo 33, assegurando o respeito a diversidade religiosa existente no Brasil.

O desembargador federal e professor de Direito Constitucional do IDP-SP Paulo Fontes diz que o princípio da laicidade estatal exige que o Estado se mantenha neutro frente a quaisquer confissões religiosas. Com base nessa afirmação não se deve admitir profissionais como representante de qualquer religião, pois o mesmo irá conseguir atender todos de forma igualitária.

2.4 O perfil do professor

Com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, no artigo 33, modificado pela Lei 9.475/97, o tema ensino religioso voltou a ser alvo de debates de interesse acadêmico e outros, assumindo uma conotação polêmica, não pelo tema ensino religioso, mas pela legitimidade de ensinar religião na escola pública, o que requer uma formação com domínio da disciplina, contrariando o que se praticava anteriormente, visto que se tinha um representante de determinada religião para trabalhar na escola ministrando essa disciplina. Esse debate visa a oportunidade ou não ao poder público se responsabilizar ideologicamente e financeiramente por essa questão, que seguiria, segundo muitos, às convicções religiosas.

Diante dessa ideologia o professor da disciplina de ensino religioso, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, visa o conhecimento das diferentes religiões com entendimento da convicção religiosa, a compreensão da clareza referente a religião e a empatia à diversidade. Segundo os PCNs, o profissional de ensino religioso precisam ter um perfil de uma pessoa disponível para conversa, ter uma formação contínua, ser um interventor entre a escola e a comunidade e mediar os possíveis conflitos. Desse modo, os PCNs entendem que o educador de ensino religioso:

[...] é alguém que naturalmente vive a reverência da alteridade e leva em consideração que família e comunidade religiosa são espaço privilegiado para a vivência religiosa e para a opção de fé. Assim, o educador coloca seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade de educando.

O educador dessa disciplina as vezes é desafiado a ficar em silêncio para ouvir o que alunos tem a falar, pois em várias ocasiões o silêncio é a única forma que a pessoa precisa para falar com alguém superior.

Em uma sala de aula encontramos seres humanos de culturas, religiões, gênero, raça e nação diferentes e que procura entender um mundinho diferente do seu e integrar esse cidadão nesse contexto traz grandes desafios para o professor, que precisa repensar suas aulas, Henri Luiz Fuchs (2014 p.130, 131) fala que,

Na sala de aula, encontramos as diferenças e semelhanças culturais. O professor de Ensino Religioso, em especial, é desafiado a desenvolver uma metodologia dialógica capaz de criar a curiosidade e capacitar cada pessoa a buscar respostas às perguntas existentes. [...] Um professor de ensino religioso pode desenvolver momentos criativos e participativos em sala de aula à medida que exercita a paciência através do encontro com o Transcendente e com os alunos.

Um professor de ensino religioso precisa compreender a pluralidade religiosa de cada pessoa, o mesmo não deve interferir na crença do indivíduo e levar somente o que ele acredita em consideração, pois essa diversidade religiosa com todos leva um conhecer a religião do outro de forma respeitosa.

Entende-se também que ensinar requer um conhecimento amplo, pois ensinar não é somente transferir conhecimento, mas entender a religião como algo a ser discutido e reconhecido como parte de nossa realidade. João Décio Passos (2007 p.

40) diz que “o conhecimento das alteridades religiosas é um objetivo educacional sem o qual não se podem conhecer verdadeiramente as particularidades”, visto que muitos seguem uma determinada religião e essa diversidade precisa ser trabalhada de forma respeitosa sem particularidades.

O ensino religioso traz uma socialização do educando, levando-o a participar a criar novos sentidos, oportunizando uma releitura e decodificação de novas experiências religiosas de várias tradições. Para que isso possa acontecer, cabe ao professor transformar esse espaço de saber bem significativo, pois nesse espaço os alunos vão gerar o exercício de respeito para com o outro.

2.5 Formação Profissional e Proposta Curricular do Ensino Religioso

Segundo o autor Kronbauer (2008), pensar sobre as aulas de ensino religioso como uma área de formação de pensamento em conexão com as diferentes áreas do saber, gerando relações bastante significativas, o que é possível ser um desafio para a escola que terá de pensar em seu projeto pedagógico uma proposta interdisciplinar. Visto que a união desses conhecimentos com a história de seus alunos, os quais irá encontrar novos caminhos para aumentar o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, com proposta interdisciplinar, o que lhe trará a construção de novos conceitos, especialmente a formação de indivíduos com um olhar ampliado sobre a realidade, percebendo suas ações através de novas práticas.

O professor de Ensino Religioso, assim como os demais professores na unidade escolar, é uma pessoa que, em relação com os estudantes e com os conhecimentos próprio dessa área do conhecimento, contribui nos muitos processos de aprendizagem realizados. Importa que saiba desencadear e ativar processos dialógicos cujos confrontos abertos e construtivos entre estudantes, conhecimentos e professores promovam o rigoroso respeito à liberdade e à consciência de cada um. (KLEIN, 2008, p.125)

O professor de Ensino Religioso tem um papel fundamental e de grande importância para a concretização dos objetivos desta área de conhecimento. Por esse motivo é necessário que o mesmo reveja seus pensamentos, o que quer realmente com a educação dos estudantes com os quais estão atuando. Com isso terá condições de definir realmente quais são os objetivos que está querendo

alcançar, com decisões conscientes, se souber com clareza a proposta onde pretende alcançar com as aulas de ensino religioso.

De acordo com Kronbauer (2008), o professor encontra serias dificuldades em ministrar as aulas de ensino religioso, por haver essa grande diversidade crença. Também existe a possibilidade do próprio educador seguir uma religião e ministrar as aulas seguindo sua particularidade religiosa, sem ferir a crença alheia.

Além das dificuldades em relação aos conteúdos a serem abordados, muitos se sentem “impotentes” diante do desafio de fazer uma abordagem que não pode ser direcionada para uma única crença com base na sua própria confessionalidade. (KRONBAUER, 2008, p. 54)

O autor reafirma o desafio sensibilizar, mexer e preparar os profissionais, deixando-os comprometidos com as mudanças que são necessárias no currículo escolar para se conectar com as questões religiosas. O professor junto à escola poderá usar novas metodologias, como também propor novos projetos com uma visão interdisciplinar com perspectiva de diálogo entre os diversos elementos curriculares. Pensando nessa nova visão começa então a construção de um novo perfil profissional que a comunidade passa a exigir.

Esse educador deverá ser um pesquisador e articulador, um organizador com um embasamento teórico, despertando nos alunos um espírito de investigador. Assim, os dois, professor e aluno poderão caminhar juntos na busca de novos conhecimentos.

A pesquisa e a abertura ao religioso e à contemplação devem propiciar e subsidiar uma compreensão significativa dos conteúdos e dos valores das religiões e do desenvolvimento da religiosidade, perspectiva da construção da autonomia e da liberdade de sujeitos comprometidos com a vida planetária. (KLEIN, 2007, p.125)

O curso de formação do profissional da educação deveria ser mais rigoroso, para que os mesmos pudessem organizar melhor o espaço escolar, e que oferecesse espaço para o outro, valorizando a todos, para excluir os preconceitos que possam existir.

Klein (2007) afirma ainda que, para atuar nessa área o professor deve buscar um conhecimento religioso, compreender a complexidade do conhecimento desse

fenômeno religioso, viver o respeito às crenças e estar à disposição para entender a liberdade do aluno nesse contexto. Para atuar nessa área é preciso uma formação profissional para o ensino religioso, porém na atualidade brasileira também torna-se necessário sensibilidade e equilíbrio para mediar a relação do religioso em diversas manifestações no dia a dia durante o processo educativo. Porém esse profissional encontrará um grande desafio, que é o de pôr em execução essa proposta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado neste trabalho foi de suma importância, visto que trouxe uma proximidade maior com a disciplina de Ensino Religioso. Estudando a história do ensino religioso, pode-se perceber as mudanças nessa disciplina, que antes apresentava características de catequese, devido a influência dos colonizadores, e que foi mantido assim para sustentar as doutrinas católicas. Todavia, depois das emendas à Constituição Federal para manter o ensino religioso no currículo escolar, essa disciplina deixou a sua marca especificamente cristã para aderir a um ensino laico. Mas, ainda assim, encontram-se escolas que decidem ainda ministrar a disciplina de forma confessional.

Através dos PCNs de ensino religioso veio inovações para o estudo de ensino religioso, especialmente o fato de combater o proselitismo, para então seguir o que diz a lei, que proclama um princípio de igualdade na educação no Brasil.

É importante destacar que essa disciplina leva em consideração o respeito a diversidade religiosa, por haver uma grande miscigenação em nosso país. Porém, através dessa pluralidade o professor ministrante da disciplina vai encontrar um amplo espaço para trabalhar ambos os assuntos, onde todos terão oportunidade de obter um conhecimento sobre o que é a religião e a sua importância na formação humana. As religiões são muitas, porém todas buscam o mesmo objetivo, que é encontrar-se com o criador, e com ética e respeito ao outro, ver a beleza de cada religião. Para isso o professor precisa rever suas concepções, prática pedagógica e utilizar uma metodologia mais adequada no seu ensinar.

Conforme a proposta para execução da disciplina, é importante que o professor ministrante tenha uma formação adequada, para não correr o risco de colocar em pauta suas próprias convicções religiosas, e esteja aberto à pluralidade de opiniões e crenças. Também é importante que o educador seja um pesquisador

e que promova debates e reflexões, o que possibilita ao educando uma maior compreensão do assunto. Com essa riqueza de conteúdos o professor pode fazer dessa diferença momentos enriquecedores e oportunizar o entendimento e o respeito à diversidade religiosa.

As contribuições do tema para educação estão no alcance dos objetivos a que se propôs, que são: mostrar que sendo o Brasil um país laico, onde a diversidade religiosa existe e deve ser respeitada por todos, é fundamental que no ambiente escolar o professor promova tais conhecimentos e que os alunos entendam que, no futuro, poderão realizar suas próprias escolhas religiosas de maneira mais consciente.

ABSTRACT: The motives that led to the choice of this theme were the observation of many professors' views on religious diversity with an emphasis on partisanship, which has reinforced students' prejudices or even brought unnecessary debate in their classes, which generates some disorders. The research in question required the elaboration of some objectives, which helped in the search for the answers related to the questions previously presented in the problematization. The goals of this work were to analyze the reasons that led to the growth of religious diversity over the years, which should be treated in a school environment without causing great damage to the belief that each student has, since it is at the beginning of schooling that is shown to be the time to work values respectfully; understand the influence of the family in relation to the child's religious choices and their reflexes in the school environment; to discuss the pedagogical vision adopted by the school that allows avoiding disrespect for the students' religious choice, since religious intolerance can promote great conflicts.

KEYWORDS: Religious Diversity. Cultural Plurality. Intolerance. Legislation.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e pedagogia: geral e Brasil** / Maria Lúcia de Arruda Aranha. – 3. ed. – ver e ampl. – São Paulo: Moderna 2016.

BARBOSA, João Candido. A Influência do Protestantismo no Brasil. In FLEURI, Reinaldo Matias [ET AL.] (orgs). Instruções: olhares sobre religião, cultura e sociedade/ Organizador Cristiano Araujo. – 1. ed. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2014.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CEB/CNE nº 04/2010 - **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, Mimeo, 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei n. 9.394/96, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União nº 191-A, de 5 de outubro de 1988.

DIETRICH, Luiz José e CECCHETTI, Elcio. Religiões Monoteístas: conhecimentos para encontros e diálogos em convivências respeitadas. In FLEURI, Reinaldo Matias [ET AL.] (orgs). **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver**. Blumenau: Edifurb, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália / Émile Durkheim; tradução Paulo Neves**. – São Paulo: Martins, 1996. – (Coleção Tópicos).

FLEURI, Reinaldo Matias. **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver/ [ET AL.] (orgs)**. – Blumenau: Edifurb, 2013.

FUCHS, Henri Luiz. Identidade e Ensino Religioso: uma relação necessária na educação escolar. In **Instruçados: olhares sobre religião, cultura e sociedade**. Org. Cristiano Araujo. – 1. ed. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2014.

KLEIN, Remi; BRANDENBURG, Laude Erandi; WASCHS, Manfredo Carlos (orgs.) **Ensino Religioso: V Simpósio de Ensino Religioso- 29 a 31 de Maio de 2008**. São Leopoldo: Sinodal/ EST, 2008.

KRONBAUER, S. C. G.; SIMIONATO, M. F. (Org.). **Formação de professores: abordagens contemporâneas**. São Paulo: Paulinas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnica de Pesquisa**; 6. ed. 3º Reimpressão. São Paulo, Editora Atlas, 2009.

LEITE, Tácito Filho da Gama. **Resistindo a tempestade das seitas**. 1. ed. Goiânia-GO: Editora Renascer, 2002.

PASSOS, João Décio. “Ensino religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas”. In: SENA, Luzia (org.). **Ensino Religioso e Formação Docente: Ciências da religião e ensino religioso em diálogo**. São Paulo: Paulinas, p. 21-45, 2007.

SENA, Luiza. **Ensino religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo**/Luzia Sena (org.). – 2.ed. – São Paulo: Paulinas, 2007.

SILVA, Clemildo Anacleto da. **Educação, tolerância e direitos humanos: a importância do ensino de valores na escola**. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2009.

TRAMONTE, Cristiana. Religiões Afro-Brasileiras: direitos, identidades, sentidos e práticas do “povo-de-santo”. In FLEURI, Reinaldo Matias [ET AL.] (orgs). **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver**. Blumenau: Edifurb, 2013.